

ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CAMPINA GRANDE, PB, BRASIL: PROBLEMÁTICAS E POTENCIALIDADES

ANÁLISIS DE ESPACIOS LIBRES PÚBLICOS EN CAMPINA GRANDE, PB: BRASIL: PROBLEMAS Y POTENCIALIDADES

ANALYSIS OF PUBLIC FREE SPACES IN CAMPINA GRANDE, PB, BRAZIL: PROBLEMS, AND POTENTIALITIES

Luiz Ricardo Sales

salespesquisa@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande, PB

Resumo: O crescimento físico e populacional das cidades médias brasileiras tem sido marcado por sua expansão periférica, resultando em um ponto urbano descontínuo com grande disparidade social, demográfica e econômica. Dessa forma, esse estudo identificou espaços livres em diferentes áreas da cidade de Campina Grande e analisou os locais com potencial para futuras intervenções que equilibrem a má distribuição dos espaços livres de uso público entre os bairros. Propõe-se refletir sobre a importância da produção desses espaços na configuração urbana a partir das problemáticas e potencialidades. A partir dos resultados obtidos, observou-se que importantes áreas estão sem as devidas proteções legais por parte das legislações urbanística e ambiental. Diante da atual frente direcionada para a intensa produção imobiliária, aliada à não proteção de tais áreas poderão fortalecer uma nova amplificação urbana que promoverá diversos impactos negativos, em detrimento do absentismo de políticas fundiárias e ambientais e das relações e estímulos entre agentes públicos e privados. Tais fatores influenciarão na abjunção urbana descontínua, no adensamento construtivo, na ameaça de áreas ambientalmente frágeis e na má qualidade de vida da população.

Palavras-chave: expansão periférica, áreas centrais, infraestrutura.

Resumen: El crecimiento de la población de las ciudades medias brasileñas ha estado marcada por su expansión periférica, dando por resultado un punto urbano discontinuo con gran disparidad social, demográfica y económica. De esta manera, este estudio identificó espacios libres en diferentes áreas de la ciudad de Campina Grande y analizó los lugares con potencial para futuras intervenciones que equilibren la mala distribución de los espacios libres de uso público entre los barrios. Se propone reflexionar sobre la importancia de la producción de estos espacios en la configuración urbana a partir de las problemáticas y potencialidades. A partir de los resultados obtenidos, se ha observado que importantes áreas están sin las debidas protecciones legales por parte de las legislaciones urbanística y ambiental. Dado el frente actual dirigido a la intensa producción de bienes raíces, junto con la no protección de tales áreas puede fortalecer una nueva expansión urbana que promoverá varios impactos negativos, en detrimento del absentismo de las políticas de tierras y ambientales y las relaciones y estímulos entre agentes públicos y privados. Tales factores influirán en

la abjunción urbana discontinua, en el adensamiento constructivo, en la amenaza de áreas ambientalmente frágiles y en la mala calidad de vida de la población.

Palabra-clave: Extensión periférica, Áreas centrales, Infraestructura.

Abstract: The physical and populational growth of medium-sized Brazilian cities have been characterized by their peripheral expansion, resulting in urban discontinuity and huge social, demographic, and economic disparities. Thus, this study identified free spaces in different areas of the city of Campina Grande and analyzed the sites with potential for future interventions that balance the poor distribution of free spaces for public use among the neighborhoods. It is proposed to reflect on the importance of the production of these spaces in the urban configuration starting from the problems and potentialities. From the results obtained, it was observed that important areas are without due legal protection by the urbanistic and environmental legislation. Given the current front directed to the intense production of real estate, coupled with the non-protection of such areas may strengthen a new urban amplification that will promote several negative impacts, to the detriment of absenteeism of land and environmental policies and the relations and stimuli between public and private agents. Such factors will influence the discontinuous urban abjunción, constructive integration, the threat of environmentally fragile areas and the poor quality of life of the population.

Keywords: Peripheral Expansion, Central Areas, Infrastructure.

INTRODUÇÃO

As cidades médias brasileiras do século XXI, possuem paisagens que refletem em suas estruturas morfológicas e sociais, integrantes de um processo econômico que não privilegia a equidade, mas torna as desigualdades o padrão. O modo de vivência nesses locais caracteriza-se pela crescente perda na qualidade de vida, dos decorrentes impactos ambientais e dos intensos e incessantes padrões de produção e consumo.

O urbano se expande, misturando-se cada vez mais aos seus vazios e as poucas áreas verdes, no qual o mercado imobiliário constrói grandes infraestruturas nas cidades, mas que empurra a população mais carente para franjas periféricas. Nesse contexto é dada importância a questão do desenho urbano, no qual não é possível planejar a cidade dissociada da questão social.

O crescimento urbano não planejado proporciona diversas consequências para a sociedade, tais como a desigualdade sócio territorial, a qual se traduz na diferença da qualidade de infraestrutura em diferentes pontos do meio urbano; a ocupação irregular dos espaços ambientais e frágeis, que resulta na formação de áreas de riscos; a ausência de serviços de saneamento básico e do tratamento de resíduos sólidos; e a falta de mobilidade.

As mudanças estruturais na cidade são fortes o bastante para alterar o modo como o ser humano usa e vive esses espaços. Tende-se a introversão da vida urbana, onde as construções são fragmentadas, dificultando a apropriação do espaço público e induzindo a dependência veicular (MORAES NETTO et al., 2017). O ponto natural de partida para se projetar cidades para pessoas é a relação entre mobilidade e os sentidos humanos, pois é nesse vínculo que se define o comportamento humano e sua comunicação com o espaço urbano (GEHL, 2015). Uma das principais preocupações é compreender a cidade

contemporânea como o *locus* da pluralidade, da convivência entre atores socialmente diferentes e do reconhecimento do espaço de coexistência, evidenciando a importância da produção de espaços públicos e do seu potencial na reconciliação de fragmentos da cidade (MORAES NETTO, 2014).

Segundo Magnoli (2006, p. 179), “Espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)”. Nas cidades médias brasileiras o conjunto dos espaços livres compõem um sistema complexo correlacionado com o ambiental (proteção, manutenção, conforto e drenagem) e o funcional (mobilidade das pessoas e malha urbana). Os espaços podem representar a vitalidade ou a estagnação da vida urbana, pois são capazes de incorporar usos econômicos e sociais variados através de práticas socioespaciais (NYGAARD, 2010; EVERS, 2015).

Os espaços livres urbanos apresentam uma grande variedade de formas e tamanhos, desde pequenos jardins residenciais até enormes áreas verdes, consideradas como pulmões da cidade, contribuindo para atenuar os efeitos da poluição atmosférica e garantir a preservação do ambiente natural. Em uma cidade, os espaços livres obedecem a uma lei de escala: quanto maior o seu tamanho, menor sua quantidade; sendo possível encontrar em qualquer cidade uma grande quantidade de pequenos espaços livres e uma pequena quantidade de grandes espaços livres (CARNEIRO, 2010).

Os espaços enquanto definidores da forma urbana configuram a socialização e a vivência comum como um bem coletivo (BRANDÃO, 2008). São meios eficazes na concepção do urbano (articulação do território), sociocultural (socialização, recreação e cidadania), cognoscível (identidade visual) e biofísico (recursos bióticos). Os espaços livres também são fundamentais para ordenar a ocupação e estruturar o território urbano (TARDIN, 2008).

No Brasil, entretanto, raras são as cidades que planejaram ou planejam um sistema de espaços livres (MACEDO, 2012). Na maioria dos casos, tais espaços vêm sendo historicamente desprezados no processo de planejamento e gestão urbanos. Com o adensamento e a expansão das cidades, os espaços livres tornam-se constantemente ameaçados, em maior ou menor grau, pela pressão de uma ocupação urbana desmedida e fragmentada (TARDIN, 2008).

Como diversas cidades brasileiras, o centro histórico de Campina Grande e os seus bairros adjacentes são bem mais adensados, apresentando menos espaços livres do que a periferia da cidade (BARROS FILHO; SILVA JÚNIOR; BRITO, 2016). Há uma divisão e o desenvolvimento de uma periferia não análoga, mas com significantes disparidades socioespaciais. Nesta área estão os condomínios de alto padrão, bem como os conjuntos habitacionais populares construídos para as pessoas removidas do centro da malha urbana.

Neste contexto, o artigo é um desdobramento da pesquisa *Espaços livres de uso público em Campina Grande* que identificou espaços em diferentes áreas da cidade e terrenos para futuras intervenções que equilibrassem a má distribuição dos espaços livres entre os bairros. Dessa forma, propõe-se refletir sobre a importância da produção desses espaços na configuração urbana a partir de suas problemáticas e potencialidades. O estudo visa incentivar a discussão e inserir na lista das políticas públicas a necessidade do

desenvolvimento de espaços regularizados e direcionados ao bem-estar no planejamento das cidades médias brasileiras.

Independente da forma e do tipo, os espaços públicos urbanizados são portadores de direitos, sendo estes alguns dos argumentos utilizados pelos arquitetos e urbanistas defensores da sua preservação e reprodução. Deste modo, a materialidade desses espaços consiste em uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções de espaço público formulados em outras esferas do conhecimento (ABRAHÃO, 2008). A participação de representantes da sociedade civil nos processos decisórios do governo é o elemento determinante da democratização da cidade, a medida em que são criados espaços de negociação dos distintos interesses presentes entre os diferentes setores sociais existentes na sociedade (BAVA, 2000).

No processo de planejamento existem inúmeros aspectos a serem levados em consideração, e ouvir a população é essencial para entender seus desejos, aspirações, prioridades e valores de forma mais aprofundada (SABOYA, 2014). As decisões, apresentadas num processo de planejamento colaborativo, influenciam diretamente no desenho urbano das cidades e suas diferentes escalas, promovendo como consequência a qualidade física-ambiental destas (DEL RIO, 1990).

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

A cidade de Campina Grande, está localizada no Agreste do Estado da Paraíba, região do Semiárido Brasileiro, Nordeste do Brasil. Com uma população média de 407 mil habitantes, a cidade é considerada um importante polo econômico (Fig. 1). Em uma altitude média de 550 m, situa-se no oriente do Planalto da Borborema, estando distante, aproximadamente, 120 km da capital João Pessoa. Seu território abrange uma área estimada de 595 km² e apresenta densidade demográfica de 648,31 hab./km² (IBGE, 2017).

Figura 1. Localização e limites da cidade de Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

Empregou-se uma adaptação do método de avaliação e análise de atributos dos espaços livres desenvolvido por TARDIN (2008), adquirindo uma conotação mais quantitativa

a partir das imagens aéreas *online* da plataforma *Google Earth* (2019), além de tratamentos de geoprocessamento no *software* QGIS (2019) e classificação supervisionada no ARCGIS (2019). Nas análises foram utilizados os mapas de representação axial a partir da Base Cartográfica do *Openstreetmap* (2016) em formato *Depthmap*, produzidos por GURGEL (2016). Dentre os dados não-gráficos, foi realizada análise da legislação urbanística e ambiental aplicáveis a esses espaços.

Além das áreas construídas e não construídas, foram identificadas as áreas de integração urbana, ou seja, as que incluem vias, calçadas e canteiros. Na identificação e diferenciação das áreas públicas e privadas foram observadas a regularidade do perímetro do lote, a inserção em uma quadra já ocupada com outras edificações, a existência de cercas, muros, quadras de esporte, postes ou demais outras características que permitiu tal entendimento. Ainda conforme TARDIN (2008), com relação à análise qualitativa, as áreas livres públicas foram identificadas e classificadas quanto aos atributos biofísicos (porte da cobertura vegetal existente), acessibilidade (alcance territorial) e atributos perceptíveis (visuais com valor paisagístico).

Além dessas informações foram realizados registros *in loco* através de anotações e registro fotográfico para ilustrar as etapas de identificação dos espaços.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Cidade e sua Urbanização: mutações e paradigmas

A partir de 1930, os administradores de Campina Grande passaram a ter um como objetivo em comum modernizar a cidade. Foi iniciada a reforma urbana da área central, modificando a arquitetura e ampliando a infraestrutura. As mudanças mais radicais visavam alterar o aspecto ainda provinciano e adotar uma estética próxima ao estilo de uma metrópole (MELO, 2014).

Ainda segundo Melo (2014), a meta da urbanização entre 1934 a 1935 trouxe oficialmente o chamado “bota-abaixo”, expressão pela qual ficou conhecido o projeto de demolição de prédios antigos para a abertura de novas avenidas.

Na década de 1990, foram restauradas as vias para a circulação de automóveis, permanecendo como calçadão apenas um pequeno segmento da atual Rua Cardoso Vieira (ARAÚJO; SOUSA, 2011). Posteriormente, foi executada a última intervenção na área através do programa *Campina Grande Déco* (ou *Campina 2000*), que associava intervenções na infraestrutura de redes de energia e telefônica, novas calçadas, mobiliário urbano, realocação dos ambulantes e a recuperação das fachadas remanescentes do período *Art Déco* (ROSSI, 2010).

A tipologia e o uso dos espaços livres públicos

Dentre as análises de espaços livres de uso público para práticas sociais deu-se foco na caracterização das principais praças, além da tradicional Rua Maciel Pinheiro (Calçadão), sendo ambos são espaços de acessibilidade dentro da malha urbana. Os espaços públicos livres, situados no Centro, estão em locais com diversidade de usos (comercial, institucional e serviços), e possuem maior movimentação diurna.

Na década de 1970, foi construído o Calçadão Cardoso Vieira, expandido em 1982 para abranger as Ruas Venâncio Neiva, Semeão Leal e Maciel Pinheiro (Fig. 2). Na década de 1990 o Calçadão passou por uma grande reforma, reduzido, retornando para o seu antigo local.

Figura 2. Centro de Campina Grande desfrutando do famoso Calçadão (anos 1980/1990).



Fonte: André C. Barros no blog *Retalhos Históricos de Campina Grande*.

O Calçadão da Cardoso Vieira, é um dos pontos mais conhecidos e ponto nervoso no Centro de Campina Grande (Fig. 3).

Figura 3. Calçadão da Cardoso Vieira, Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

O Calçadão, do tipo pátio, tem como função principal direcionar o fluxo de pessoas da Rua Venâncio Neiva e a Rua Marquês do Herval, servindo tanto como um espaço de transição quanto uma área de recepção. Em decorrência disso, as praças-pátio permitem aglomerações de um número maior de pessoas, sendo utilizadas com frequência para discursos e pequenos *shows*. Alguns bancos são integrados à base das árvores, para descanso de transeuntes - grande parte desses usuários gostam de sentar-se para ler o jornal, socializar e observar o movimento. É interessante destacar o calçamento uniforme da área, resistente ao desgaste intenso causado pelo ir e vir dos pedestres, mas que permite também o caminhar confortável, sem possíveis tropeços em pedras soltas ou buracos. Dessa maneira, o componente 'velocidade da ação de passagem' das pessoas por este espaço livre público é respeitado dentro das limitações causadas por mobilidade reduzida.

O Calçadão da Cardoso Vieira é para Campina Grande o que a praça da Igreja é para as cidades do interior - confere uma identidade à cidade, é lá que se discute a política e as notícias sobre futebol. Conforme afirma Calliari (2016, p. 57), "O espaço público é importante para a identidade não só do homem urbano como da própria cidade contemporânea". E para Caccia (2015, p. 141), "É nos espaços públicos que se manifestam as trocas e relações humanas, a diversidade de uso e a vocação de cada lugar, os conflitos e contradições da sociedade, em suma, a essência da vida pública e cotidiana".

A Rua Maciel Pinheiro é considerada a mais emblemática rua de comércio da cidade de Campina Grande (AQUINO et al., 2015), com alguns espaços para descanso e socialização dos usuários que frequentam o Centro (Fig. 4). Os bancos mais utilizados estão localizados em frente a lojas com a maior transição de pessoas. Essa intensa movimentação torna o local seguro, devida a atenção dos comerciantes e dos próprios transeuntes.

Figura 4. Rua Maciel Pinheiro, Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

As porções de espaço e condições oferecidas pela Rua para o desempenho das ações são muito distintas dentro da micro espacialidade e expansão de passeio e podem não formar no imaginário do usuário uma linguagem arquitetônica única que a identifique como um espaço coeso. Por outro lado, quando associadas a espaços comerciais, eles podem funcionar como local de parada e permanência, ao atrair ações que vão desde práticas dinâmicas como a circulação intensa de pessoas até a necessidade de descanso em decorrência da fadiga ligada ao caminhar.

As praças do Centro da cidade não possuem equipamentos destinados à recreação, mas são arborizadas, voltadas ao descanso, e seus usuários são, em geral, idosos, moradores do bairro e visitantes. Sua utilização faz parte da intenção de se ter uma melhor convivência nas cidades, além de se tratar não apenas de espaços para circulação, mas sim como pontos que proporcionam a relação entre indivíduos, bem como lazer (PACHECO, 2013). Percebe-se que o perfil socioeconômico dos usuários locais influencia no tipo de infraestrutura e equipamentos disponíveis para a população.

Famosa pela vivacidade e dinâmica de circulação intensa, a Praça da Bandeira (Fig. 5), localizada no Centro comercial da cidade é bastante democrática no que diz respeito ao público de passagem, com uma área de aproximadamente 3.500 m², abriga um pequeno comércio que reúne bancas de revistas, lojas que comercializam e consertam equipamentos eletrônicos, uma lotérica, engraxates e uma tradicional cafeteria.

Figura 5. Praça da Bandeira, Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

Em 2016, a Praça passou por uma grande reforma realizada pelo Governo Municipal, recebeu iluminação em LED, com fiação subterrânea e novo calçamento com o piso intertravado. Ela é um exemplo de praça-quarteirão em que existe relação com o entorno imediato e com o contexto urbano, importante para que o local se mantenha em constante uso. Nesta Praça, os caminhos são elementos articuladores entre espaços de permanência e espaços de passagem e são o que permitem a coesão entre os elementos construtivos e os marcos visuais. Eles se desdobram por meio da disposição do mobiliário, das árvores e paginação do piso.

Os espaços públicos mantidos em boas condições, além de beneficiarem a população com lazer, oferecem a oportunidade de fomento à economia local, visto que aumentam a circulação de pessoas, que conseqüentemente têm sua atenção voltada para o comércio ali presente (PACHECO, 2017). Segundo Gehl (2015, p. 143), “Quando o ambiente oferece estrutura para que ocorra a permanência no local, possibilitando paradas mais longas por parte dos sujeitos, as cidades tornam-se mais vivas”.

A Praça Félix Araújo, está localizada na Rua Arrojado Lisboa, próximo ao Centro, funciona como um elemento articulador entre a região central (comercial) e a zona oeste (residencial e universitário). Atualmente, ela está desprovida de uma estrutura adequada aos seus usuários pois não tem um caráter de espaço de lazer, ainda que tenha a condição de sombreamento que torna o espaço fresco (Fig. 6). Embora a dinâmica do local seja construída em torno da circulação de pessoas que passam pelo espaço para atingirem outros destinos, o que aglutina recortes de quarteirões, a pavimentação não permite o fluxo contínuo do pedestre, pois a textura bastante irregular não permite a fluidez no percurso.

Figura 6. Praça Félix Araújo, Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

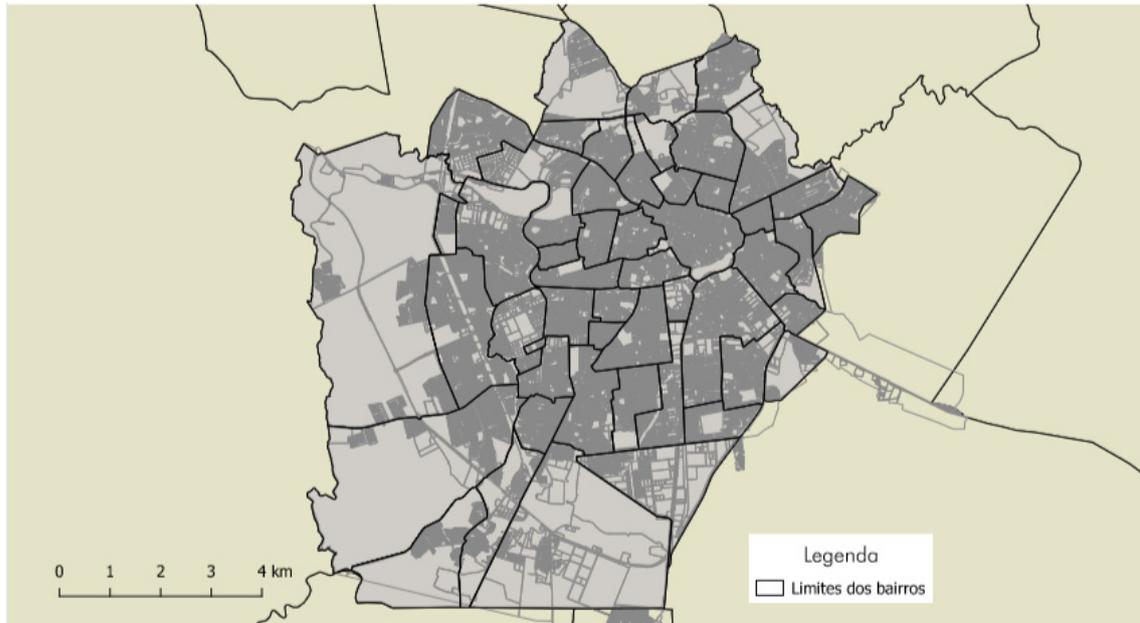
Estudando o Tecido Urbano: abordagens morfológicas

O tecido urbano é configurado pelo sistema viário, o padrão do parcelamento do solo, a aglomeração e o isolamento das edificações, assim como pelos espaços livres.

A cidade de Campina Grande (Fig. 7) apresenta forma densa, cuja ampliação de seu território transcorreu segundo um critério radiocêntrico (BARROS FILHO et al., 2012). Isto torna a área central da cidade um espaço de locomoção impreterível para a maioria dos deslocamentos entre bairros, ocasionando uma sobrecarga nos acessos, de modo consequente, agravados com a significativa ampliação da frota de automóveis e motocicletas. Segundo o Departamento de Trânsito da Paraíba (DETRAN-PB), em 2018, a frota na cidade chegava a 183.427 veículos, sendo 70.299 apenas de motocicletas.

As avenidas Marechal Floriano Peixoto, Dom Pedro I, Canal, Conselheiro Joseph Noujaim Habib Mouacad, Severino Bezerra Cabral e Dr. Elpídio de Almeida partem do Centro em direção aos bairros, de maneira desarticuladas entre si (BARROS FILHO et al., 2012). Além disso, na malha urbana alguns acessos viários fracionam a cidade, como por exemplo, a BR-230, BR-104 e a PB-095. Essas duas últimas provocam problemas no trânsito da cidade, por não terem alternativas de escoamento da frota de automóveis, dificultam a mobilidade interurbana pela manhã (6h-9h) e no final da tarde (16h-18h). Elas apresentam diferentes faixas de domínio, seja pelo seu tipo estadual ou federal, quanto pelo modo que associam à cidade.

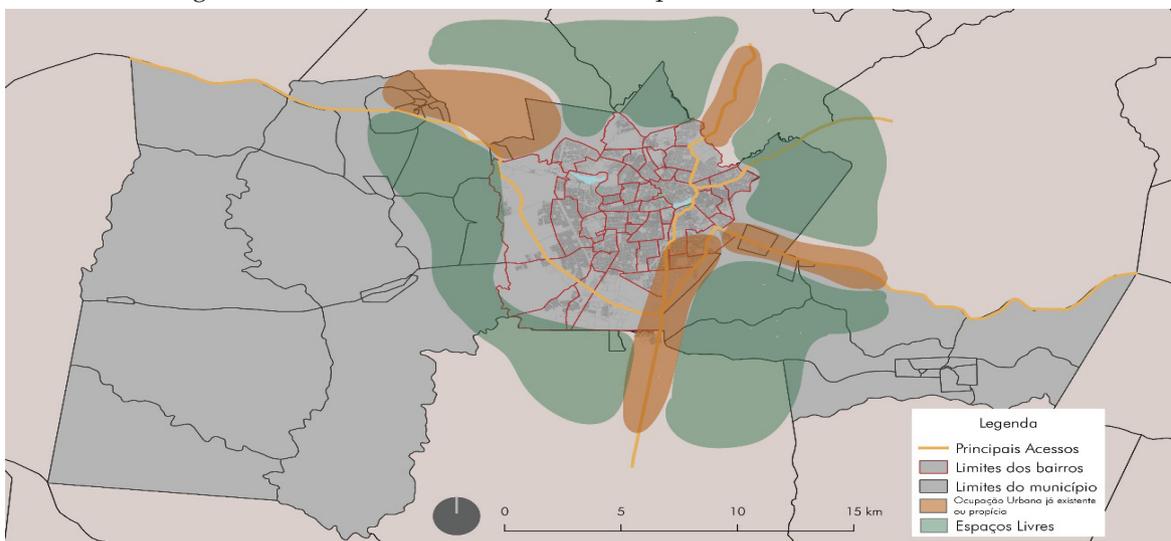
Figura 7: Distribuição dos bairros na cidade de Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

Na análise em macro-escala (Fig. 8), percebe-se grandes espaços livres não instituídos, mas de expressão, na circunvizinhança dos limites urbanos. Eles exercem importante papel para a cidade como cinturões verdes, podendo ser regularizados e transformados em espaços livres de conservação ambiental.

Figura 8. Relação da área urbana de Campina Grande com seu entorno.



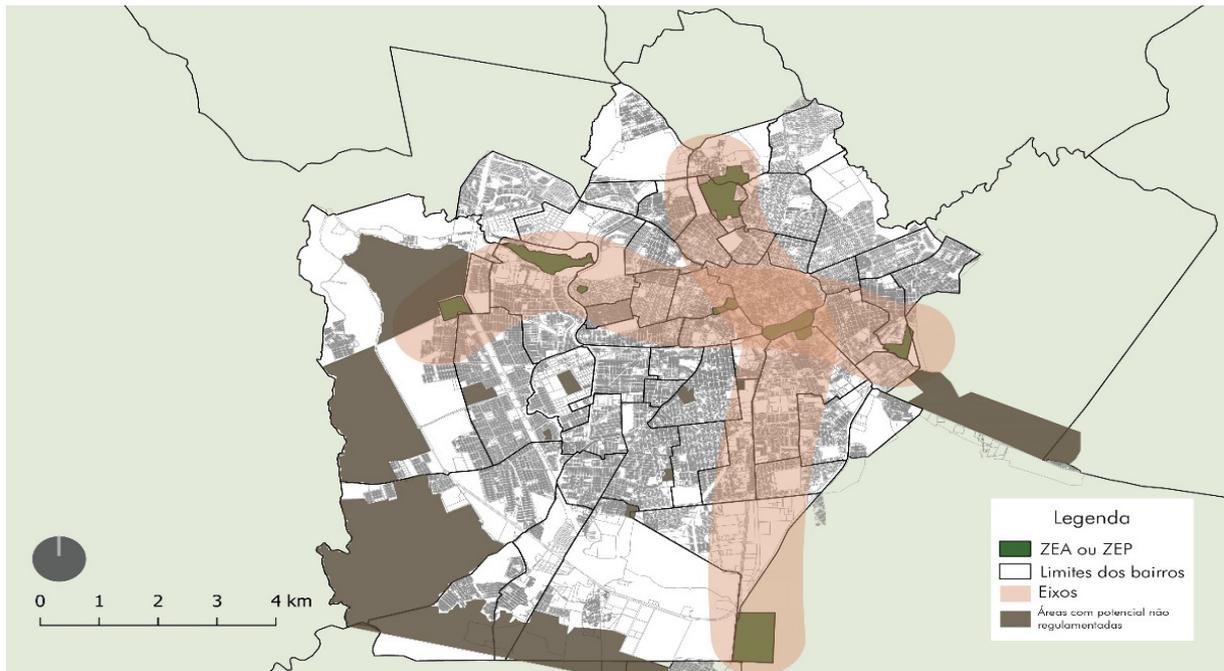
Fonte: mod. de Oliveira (2013).

Numa análise em meso-escala (Fig. 9), os espaços livres foram classificados em Zonas Especiais de Interesse Ambiental e alguns lotes privados com prevalente vegetação. Essas zonas configuram as Áreas de Preservação Permanente estabelecidas em relevo acentuado, localizadas a maioria nos limites urbanizados da cidade. Ao centro da área urbana, observa-se a fragmentação e a anômala extensão dos espaços livres, quando verificados

aos que estão situados nos limites urbanos. Eles constituem importantes espaços verdes benéficos para o ambiente da cidade, passíveis de serem preservados, significativo valor ambiental e com potencial para transformação em espaços livres qualificados.

A cidade possui dois eixos essenciais nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste, estabelecidas em lei como Zonas Especiais de Interesse Ambiental (Art. 43, Lei Complementar N° 003, 2006), contudo o vínculo entre eles é inexistente (BARROS FILHO et al., 2013).

Figura 9. Espaços livres nos limites da área urbana de Campina Grande, PB.

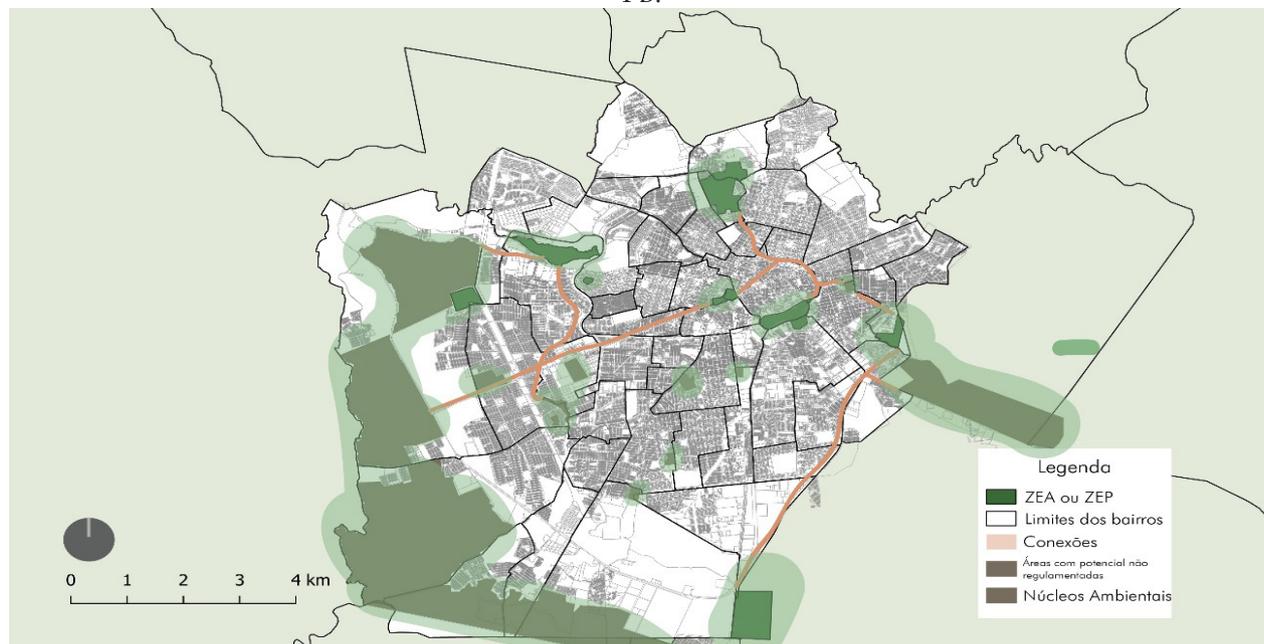


Fonte: mod. de Oliveira (2013).

Os espaços públicos para atividades sociais encontram-se espalhados pela cidade, mas ainda sem a devida setorização, como o Parque da Criança, que em uma área livre de 6.700 m², localizado próximo ao Centro, oferece pistas de caminhadas, corrida, academia, quadras e brinquedos. De certa maneira, o mal arranjo reflete a inópia visão sistêmica dos espaços públicos, por vezes que algumas áreas são favorecidas, em detrimento de outras, e não se associam entre si.

Na análise em micro-escala (Fig. 10), destacamos os locais com ambiência propícia para a formação de espaços qualificados. As ligações em destaque acompanham o trajeto dos canais e da malha urbana, tendo potencial aplicabilidade para agregação de ciclovias e corredores climáticos naturais. Vale ressaltar que as porções em verde claro na figura são substanciais para compensar a existência de espaços com equilíbrio ambiental que auxiliam na melhoria e estabilidade microclimática. Um trabalho bem desenvolvido na área ambiental contém a poluição e estimula estilos de vida mais saudáveis na população.

Figura 10. Locais com ambiência propícia para a formação de espaços livres qualificados em Campina Grande, PB.



Fonte: mod. de Oliveira (2013).

O Governo Municipal deve esforçar-se no desenvolvimento de parques e praças, principalmente nas porções que ainda não dispõem de áreas verdes, promovendo a vegetação e mantendo a taxa de permeabilidade, além do direito à cidadania dos seus usuários.

Problemáticas e potencialidades identificadas

A partir da análise dos mapas morfológicos, visitas *in loco* e registros fotográficos foi elaborado o Quadro 1 com as ações de projeto, visando estimular as potencialidades e reduzir as problemáticas.

Quadro 1: Problemáticas, potencialidades e suas respectivas ações.

PROBLEMÁTICAS	AÇÕES
Sensação de insegurança	Propor atividades que envolvam a comunidade e a apropriação do espaço.
Desprovimento de arborização e mobiliário urbano	Intensificar os espaços arborizados; propor mobiliário adequado para cada atividade desenvolvida.
Escassez de áreas livres regulamentadas e qualificadas	Regulamentar as áreas livres e qualificá-las.
Falta de usos	Diversificar os usos atendendo a demanda de faixas etárias e classes sociais; incentivar a atividade física, esporte e cultura.
Afluência de espaços qualificados na área central	Implantar espaços qualificados e setorizar nos bairros; determinar um padrão construtivo compatível com a intervenção.
Exiguidade na conexão organizada entre os espaços	Criar e conectar ciclovias aos espaços livres; facilitar o acesso seguro dos usuários; incentivar a utilização do sistema de transporte público.

continua

conclusão

POTENCIALIDADES	AÇÕES
Grandes lotes territoriais nas divisas urbanas	Setorizar e especificar atividades que permitam a diversidade.
Fragmentos de espaços	Revitalizar e valorizar estes espaços para que sejam integrados a comunidade.
Corpos d'água com valor simbólico	Revitalizar os Açudes Velho e o Bodocongó; promover os usos.

Fonte: adap. de Barros Filho et al. (2013).

As problemáticas estão relacionadas principalmente à falta de apropriação dos espaços pelo setor público. Dessa forma, as ações de projeto devem priorizar a vivência do usuário, qualificando a infraestrutura de forma a promover a diversidade e segurança à utilização desses locais. Já as potencialidades identificadas referem-se a extensa porção territorial oferecida pelos espaços, fragmentos já existentes e os simbólicos corpos d'água urbanos. É fundamental potencializar a atração de pessoas, com incentivo à implantação de ciclovias e diversificar as possibilidades de uso e de atividades.

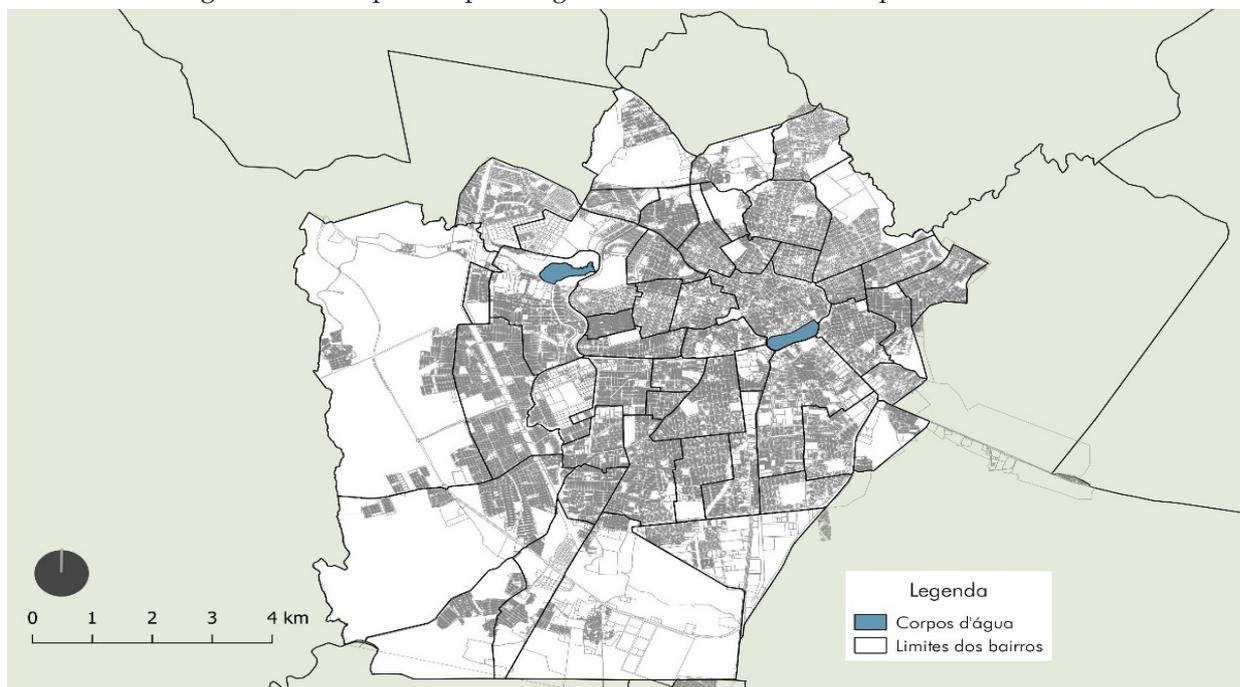
Recursos Hídricos: composições, gerenciamentos e problemáticas

O abastecimento urbano de água em bacias hidrográficas com alta variabilidade hidrológica, isto é, que têm como principais características precipitações irregulares no tempo e no espaço e altos índices de evaporação, na maioria das vezes é efetuado por meio da utilização de grandes reservatórios, de modo a possibilitar o atendimento à população mesmo durante os meses ou anos de estiagem. Este é o caso das bacias hidrográficas de regiões semiáridas, como a do Rio Paraíba, onde se encontra o reservatório Epitácio Pessoa (LUCENA, 2018).

A construção de um reservatório tem como objetivo principal garantir uma vazão constante, acima da vazão mínima natural, garantindo assim que regiões de cursos d'água intermitentes possam ter água para consumo durante os meses ou anos de escassez. Todas as peculiaridades que podem interferir tanto na construção quanto na operação do mesmo, tais como geologia e climatologia da bacia, relevo e demandas, devem ser consideradas ao se projetar e operar um reservatório (COLLISCHONN; DORNELLES, 2013).

Os principais corpos d'água localizados na área urbana (Fig. 11), como Açude Velho, situado no Centro, e o Açude Bodocongó, ao noroeste, possuem significativo papel simbólico e favorecem a constituição de um sistema de espaços livres integrado, articulado e estruturador (BARROS FILHO et al., 2013).

Figura 11: Principais corpos d'água na área urbana de Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

A construção do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), por parte do Governo Federal, integrou um conjunto de obras no Nordeste com o objetivo de minimizar os problemas causados pelas secas. Desde a sua inauguração em 1957, o açude garantiu o suprimento da crescente demanda da região por ele abastecida, mas devido ao seu baixo volume e a não ocorrência de recarga nos meses de chuva (janeiro a maio) no ano de 2014, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) adotou um cronograma de racionamento para algumas cidades do Curimataú e Agreste do Estado, entre elas Campina Grande.

O quarto e último regime de racionamento foi adotado em 18 de julho de 2016, quando o açude atingiu o nível de 8,2% e houve o acionamento do sistema de captação de água por bombas flutuantes. Nesse momento, o açude estava com apenas 34 milhões de m³ de água (AESAs, 2017). Segundo a AESA (2017), quando o reservatório recebeu o aporte de águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), no dia 18 de abril de 2017, uma semana após a chegada à bacia hidráulica do açude Epitácio Pessoa, ele estava com 2,9% da capacidade total, o pior volume da história desde a sua fundação, no fim da década de 1950. Atualmente o Açude (Fig. 12) está com 25,2% de sua capacidade total de armazenamento, o que corresponde a 117.806.225 m³ de um total de até 411.686.287 m³ (AESAs, 2019).

Figura 12: Açude Epitácio Pessoa, Boqueirão, Paraíba.



Fonte: G1 Paraíba, foto de Artur Lira, 2019.

Os impactos decorrentes da inadequada gestão dos recursos hídricos relacionados às demandas do meio urbano reforçam a urgência de articulações com vistas a uma integração entre os sistemas de planejamento urbano e de gestão de demanda de água, para que sejam capazes de promover sistemas urbanos dotados de maior resiliência (MARINHO, 2018).

O despertar para as relações hídricas se faz necessário diante da sua complexidade e dependência global, regiões brasileiras que até pouco tempo não se restringiam quanto ao uso da água, são pressionadas devido a sua redução da oferta por períodos prolongados, situações antes impensáveis por parte dessas populações se tornaram rotina, despertando novos comportamentos de valoração dos recursos naturais (RODRIGUES, 2019).

Planejamento e Patrimônio Cultural Urbano: fundamentos, agentes e práticas

Entre os processos de tomada de decisão que afetam os serviços ecossistêmicos (ES) nas cidades, o planejamento urbano é sem dúvida o mais relevante. Ao decidir “onde colocar as coisas” o planejamento urbano define a dimensão e a localização dos componentes da infraestrutura verde, daí a tipologia dos fornecedores de ES e sua distribuição em toda a cidade (POLASKY et al., 2008). Nos últimos anos, a literatura científica sobre ES urbana tem crescido exponencialmente, focando principalmente na relação entre infraestrutura verde e suprimento ES (HAASE et al., 2014; LUEDERITZ et al., 2015; PULIGHE; FAVA; LUPIA, 2016).

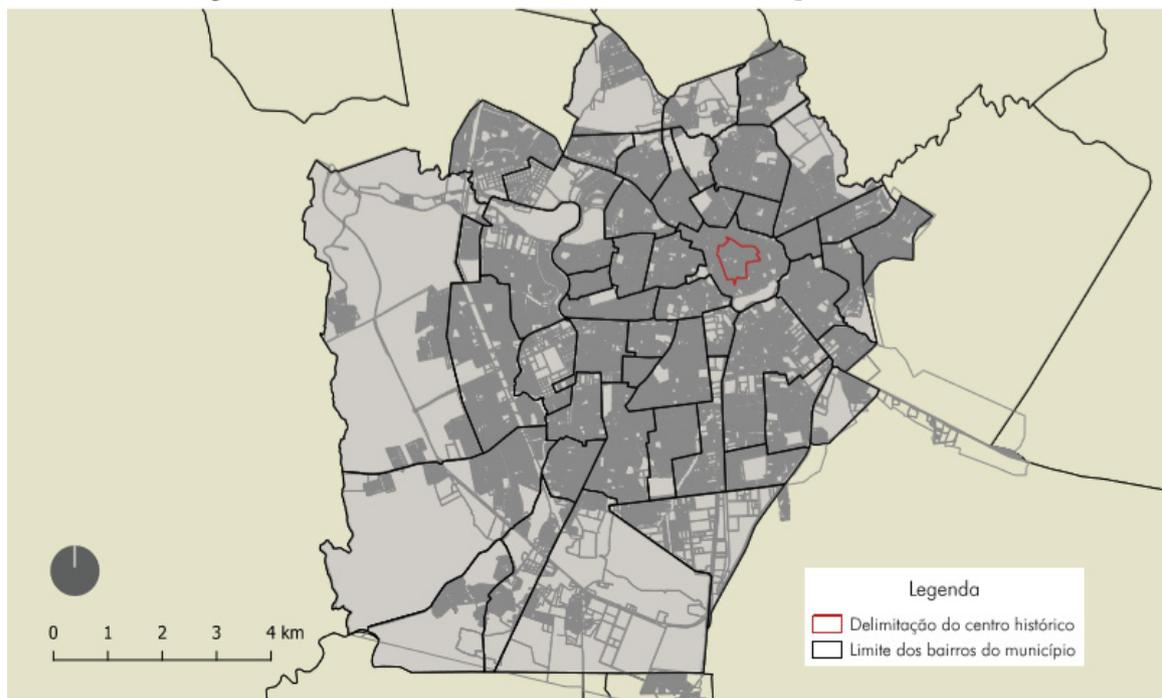
O planejamento urbano também afeta os ES ao definir o arranjo espacial dos usos e funções da terra, daí a distribuição da população e dos ativos físicos que determinam a demanda pela regulação dos ES (LANGEMEYER et al., 2016). No entanto, os efeitos das decisões de planejamento sobre a demanda de ES no espaço raramente são explorados, o que de alguma forma reflete um foco ainda limitado da literatura científica sobre esse aspecto (BAGSTAD et al., 2013; MCPHERSON; HAMSTEAD; KREMER, 2014; SCHMIDT; SACHSE; WALZ, 2016).

O planejamento urbano do espaço em Campina Grande não se encontra alinhado com as dinâmicas socioambientais. Localizada bem no centro do território do Estado da Paraíba, ela está submetida a grandes pressões por novos territórios urbanizados (BARROS FILHO et al., 2012). Para apoiar os planejadores, é necessário identificar as variáveis mais relevantes que vinculam a regulação dos ES com as decisões de planejamento e entender - pelo menos qualitativamente - como o primeiro reage ao segundo. Isso ajuda os planejadores a identificar os impactos potenciais de diferentes estratégias e a selecionar o tipo certo de intervenção para melhorar o ES regulador urbano (MORONI, 2019).

No caso de Campina Grande, a legislação existente é conflitante e desvinculada das demandas atuais do município, apresentando insuficientes referências ao planejamento e à gestão dos sistemas de espaços livres (Lei Orgânica Municipal nº 005/1997, Código de Obras Municipal nº 5410/2013, Plano Diretor (2006) e Código de Meio Ambiente Municipal nº 042/2009). No dia 13 de dezembro de 2009, a escala do problema foi ampliada com a institucionalização da Lei Estadual Complementar nº 92 que institui a Região Metropolitana de Campina Grande, elaborada sem as ferramentas de planejamento urbano e gestão do território (BARROS FILHO et al., 2012), provocando um impacto no trânsito em especial no eixo viário da BR-104.

Já o Centro Histórico (Fig. 13) foi delimitado pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos (CONPEC) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), em Decreto Estadual nº 25.139, com publicação em diário oficial no dia 29 de junho de 2004. No indicativo das áreas de Preservação Rigorosa compreendida pelo seguinte perímetro: Ruas Barão do Abiaí, Peregrino de Carvalho, Antônio Sá, Vila Nova da Rainha e Venâncio Neiva, ficando estas áreas sob a jurisdição do IPHAEP (PARAÍBA, 2004).

Figura 13. Delimitação do Centro Histórico de Campina Grande, PB.



Fonte: o autor.

Ainda que se tenha obtido o tombamento oficial, ao caminharmos pelo Centro da cidade podemos verificar a execução do 'progresso' que desfigura o patrimônio arquitetônico urbano (OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Há muito que o Centro Histórico de Campina Grande tem seus elementos mutilados pela voracidade do crescimento que vem engolindo casarões, palacetes, prédios e monumentos. O Centro Histórico vem sendo profanado, alterado, mutilado, rasgando páginas do passado da cidade, desfigurando memórias e pondo fim a lugares e dispositivos de memória (OLIVEIRA, 2011). Percebe-se que a nível internacional a gestão do patrimônio urbano torna-se mais inclusiva e participativa, uma vez que as preocupações do patrimônio estão integradas nas práticas de planejamento e desenvolvimento urbano (UNESCO, 2016), mas infelizmente a realidade no Brasil ainda está distante deste paradigma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços livres públicos são componentes essenciais para a estruturação urbana. É neles que ocorrem as discussões, trocas de ideias e de comércio, ao mesmo tempo que proporcionam várias formas de recreação e lazer. Uma vez que espaços desocupados são escassos e, portanto, de grande valor, os novos espaços públicos devem ser flexíveis e fornecer múltiplas finalidades abertas à interpretação dos usuários.

Observou-se que importantes áreas estão sem as devidas proteções legais por parte das legislações urbanística e ambiental. Através do forte desenvolvimento imobiliário, agregado à não proteção de tais áreas poderão alentar uma nova amplificação urbana que promoverá inúmeros impactos negativos, em detrimento do absentismo de políticas fundiárias e ambientais e das relações e estímulos entre agentes públicos e privados. Tais fatores influenciarão na abjunção urbana descontínua, no adensamento construtivo, na ameaça de áreas ambientalmente frágeis e na má qualidade de vida da população.

É notória a permanência dos espaços livres públicos como importantes locais de embelezamento urbano e, também, como ambientes de deslocamento físico. Entretanto, mais do que isto, destaca-se a apropriação desse espaço como importante fator relacionado à cidadania e a qualidade de vida da população urbana. A ampla potencialidade encontrada em alguns casos, fruto da inter-relação entre a sociedade e o espaço, deve ser objeto de políticas públicas de planejamento urbano no âmbito das cidades médias brasileiras.

A participação pública é, portanto, o ingrediente essencial para criar espaços qualificados que proporcionem múltiplas finalidades e que sejam sustentáveis e duráveis para as futuras gerações. Já a conservação do patrimônio é necessária para o desenvolvimento da cidade, bem como no apoio ao setor do turismo, além de fornecer um senso de identidade e permanência cultural.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S.L. **Espaço Público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008.
- AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba. **Volume de Açudes monitorados de 2017**. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-mensal/?tipo=outros>. Acessado em: 26 jun. 2019.
- AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba. **Volume de Açudes monitorados de 2019**. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/ultimos-volumes/>. Acessado em: 26 jun. 2019.
- AQUINO, A.P.; FERNANDES, H.T.R.; COSTA, P.H.C. O Centro de Campina Grande na percepção dos seus usuários: o caso da Rua Maciel Pinheiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS, 1, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2015.
- ARAÚJO, A.; SOUSA, E. **Calçada no Centro da Cidade**. Blog Retalhos Históricos de Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2011/08/calcao-no-centro-da-cidade.html#.XRLVIOhKjIV>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- ARCGIS. **An Overview of Map Projections, 2019**. Disponível em: <https://www.arcgis.com/index.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- BAGSTAD, K.J.; JOHNSON, G.W.; VOIGT, B.; VILLA, F. Spatial dynamics of ecosystem service flows: A comprehensive approach to quantifying actual services. **Ecosystem Services**, v. 4, p. 117-125, 2013.
- BARROS FILHO, M.N.M.; SILVA JÚNIOR, J.B.M.; BRITO, J.F. Lacunaridade urbana: uma análise comparativa entre cidades brasileiras de médio porte. In: CONGRESSO LUSO - BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 7, 2016, Maceió. **Resumos...** p. 428.
- BARROS FILHO, M.N.M.; FIALHO, M.B.; GALVÃO, C.O.; MIRANDA, L.; OLIVEIRA, S.B.; PANET, M.F.; QUEIROZ, M.V.D.; RUFINO, I.A.A.; SILVA, H.A. O papel das Zonas Especiais de Interesse Ambiental na constituição de um SEL em Campina Grande / PB. In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 8, 2013, Rio de Janeiro. **Anais ...**
- BARROS FILHO, M.N.M.; FIALHO, M. B.; GALVÃO, C.O.; MIRANDA, L.; OLIVEIRA, I.B.; PANET, M.F.; PASSOS, L.A.; QUEIROZ, M.V.D.; RUFINO, I.A.A.; SILVA, H.A. Tecidos urbanos e sistemas de espaços livres em Campina Grande (PB): uma descrição da qualidade da sua forma urbana. In: COLÓQUIO DA PESQUISA QUAPÁ-SEL, 7, 2012, Campo Grande. **Anais ...**
- BAVA, S.C. **Dilemas da gestão municipal democrática**. Instituto Polis, 2000. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/820/820.pdf>. Acessado em: 14 jul. 2018.
- BRANDÃO, P. **A identificação dos lugares e a sua representação coletiva: bases de orientação para concepção, qualificação e gestão do espaço público**. 3ª Série Política de Cidades. 2008. Disponível em: http://www.forumdcidades.pt/sites/default/files/serie_politica_de_cidades-3.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.
- CACCIA, L.S. **Mobilidade urbana: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras**. Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.
- CALLIARI, M. **Espaço Público e Urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Bei, 2016.
- COLLISCHONN, W.; DORNELLES, F. **Hidrologia para Engenharia e Ciências Ambientais**. 2.ed. Porto Alegre: ABRH, 2013.
- CAMPINA GRANDE. Lei Municipal nº 005 de 11 de abril de 1997. Institui a Lei Orgânica do município de Campina Grande.
- CAMPINA GRANDE. Lei Municipal Complementar nº 003 de 09 de outubro de 2006. Promove a revisão do Plano Diretor de Campina Grande.
- CAMPINA GRANDE. Lei Municipal Complementar nº 042 de 24 de setembro de 2009. Institui o Código de Defesa do Meio Ambiente do município de Campina Grande e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. Lei Municipal nº 5410 de 23 de dezembro de 2013. Código de Obras, dispõe sobre o disciplinamento geral e específico dos projetos e execuções de obras e instalações de natureza técnica, estrutural e funcional do município de Campina Grande, alterando a Lei nº 4130/03, e dá outras providências.

CARNEIRO, A.R.S. **Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife**. Recife: Ed. UFPE, 2010.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

EVERS, Henrique. **Nossa Cidade: o papel do espaço público na vida urbana**. 2015. Coescrito por Luísa Zottis. Disponível em: <https://thecityfixbrasil.com/2015/05/06/nossa-cidade-o-papel-do-espaco-publico-na-vida-urbana/>. Acesso em: 9 jul. 2019.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOOGLE EARTH. MAPAS. **Mapa da cidade de Campina Grande, 2019**. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

GURGEL, A.P. **Desenho e revisão: Base Cartográfica do OpenStreetMap (2016) e imagens de satélite do Google Earth**. 2016. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/mapasconfiguracionais/2017/04/21/regiao-metropolitana-da-campina-grande-pb/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

G1 PARAÍBA. **Frota de veículos na Paraíba pode superar número de habitantes até 2060**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/01/03/frota-de-veiculos-na-paraiba-pode-superar-numero-de-habitantes-ate-2060.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2019.

G1 PARAÍBA. Registro fotográfico do Açude Epitácio Pessoa. Por Artur Lira. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/01/04/paraiba-comeca-2019-com-17-de-agua-em-acudes-usados-para-abastecimento-diz-aesa.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2019.

HAASE, D.; LARONDELLE, N.; ANDERSSON, E. et al. A quantitative review of urban ecosystem service assessments: concepts, models, and implementation. *Ambio*, v. 43, p. 413-433, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 2 fev. 2019.

LANGEMEYER, J.; BAGGETHUN, E.G.; HAASE, D. et al. Bridging the gap between ecosystem service assessments and land-use planning through Multi-Criteria Decision Analysis (MCDA). *Environmental Science & Policy*, v. 62, p. 45-56, 2016.

LUCENA, D.P.M.M. **Simulações da implantação de ações de gestão no Açude Epitácio Pessoa e seus impactos na crise hídrica em Campina Grande-PB e região**. Campina Grande, 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

LUEDERITZ, C.; BRINK, E.; GRALLA, F. et al. A review of urban ecosystem services: six key challenges for future research. *Ecosystem Services*, v. 14, p. 98-112, 2015.

MACEDO, S.S. **Paisagismo brasileiro na virada do século 1990-2010**. Campinas: Unicamp, 2012.

MAGNOLI, M.M. Espaço livre - objeto de trabalho. *Paisagem e Ambiente*, n. 21, p. 175-197, 2006.

MARINHO, S.D.A.M. **Planejamento urbano sensível aos recursos hídricos: análise a partir do metabolismo urbano e da produção do espaço em Campina Grande - PB**. Campina Grande, 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

MCPHERSON, T.; HAMSTEAD, Z. A.; KREMER, P. Urban ecosystem services for resilience planning and management in New York City. *Ambio*, v. 43, p. 502-515, 2014.

MELO, Maurício. **Reforma urbana mudou o Centro na década de 1930**. Jornal da Paraíba, 29 abr. 2014. Disponível em: <http://sites.jornaldaparaiba.com.br/campina150/2014/04/29/reforma-urbana-mudou-o-centro-na-decada-de-1930/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MORONI, Stefano. Action and the city. Emergence, complexity, planning. *Cities*, v. 90, p. 42-51, 2019.

MORAES NETTO, V. **Cidade e sociedade: as tramas da prática e seus espaços**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MORAES NETTO, V.; SABOYA, R.T. de; VARGAS, J.C.; CARVALHO, T. (org.). **Efeitos da arquitetura: os**

impactos da urbanização contemporânea no Brasil. Brasília: FRBH, 2017.

NYGAARD, P.D. **Espaço da cidade: segurança e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OLIVEIRA, T.B. **Marcas do que se foi: a destruição do Patrimônio Histórico de Campina Grande no início do século XXI**. Patos, 2011. Monografia (Especialização em História do Brasil e da Paraíba) - Faculdade Integrada de Patos, FIP.

OLIVEIRA, S.B. de. **Mapas elaborados a partir de base cartográfica da PMCG e de trabalhos desenvolvidos na disciplina Planejamento da Paisagem II**. Campina Grande, 2013. Curso de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

OLIVEIRA, T.B.; SANTOS, J.S. Centro Histórico de Campina Grande: a cartografia de uma destruição. **Tarairiú**, v. 1, p. 64-73, 2010.

PACHECO, P. **Uma nova perspectiva de cidade a partir dos espaços públicos**. TheCityFixBrasil, 2013. Disponível em: <http://thecityfixbrasil.com/2013/10/03/uma-nova-perspectiva-de-cidade-a-partir-dos-espacos-publicos/>. Acesso em: 4 jul. 2019.

PACHECO, P. **Espaços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua**. ArchDaily, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua>. Acesso em: 4 jun. 2019.

PARAÍBA. Decreto Estadual nº 25.139 de 28 de junho de 2004. Dispõe sobre a delimitação do Centro Histórico do município de Campina Grande.

PARAÍBA. Lei Estadual Complementar nº 92 de 11 de dezembro de 2009. Institui a Região Metropolitana de Campina Grande e dá outras providências.

POLASKY, S.; NELSON, E.; CAMM, B. et al. Where to put things? Spatial land management to sustain biodiversity and economic returns. **Biological Conservation**, v. 141, p. 1505-1524, 2008.

PULIGHE, G.; FAVA, F.; LUPIA, F. Insights and opportunities from mapping ecosystem services of urban green spaces and potentials in planning. **Ecosystem Services**, v. 22, p. 1-10, 2016.

QGIS. **Geographic Information System, 2019**. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site Acesso em: 27 jun. 2019.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **Foto Memória do Calçadão do Centro da Cidade**. Acervo de Rita Barros Kampama. Blog disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2013/08/foto-memoria-calcaado-do-centro-da.html#.XRLXCehKjIV> Acesso em: 7 dez. 2018.

RODRIGUES, R. de B. **Análise espacial e temporal do uso e cobertura do solo no entorno do açude Engenheiro Arcoverde, município de Condado-PB, no período de 1989 a 2018**. Campina Grande, 2019. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

ROSSI, L.M. Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível: programa Campina Grande Déco. **Revista UFG**, v. 12, n. 8, p. 28-34, 2010.

SABOYA, R.T. de. **A importância da participação popular**. Urbanidades. 2014. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/?p=1203>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SCHMIDT, K.; SACHSE, R.; WALZ, A. Current role of social benefits in ecosystem service assessments. **Landscape and Urban Planning**, v. 149, p. 49-64, 2016.

TARDIN, R. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

UNESCO. **The Hul Guidebook: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments**. 2016. Disponível em: http://www.hulballarat.org.au/resources/HUL%20Guidebook_2016_FINALWEB.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

Data de submissão: 27/ fev./2019

Data de aceite: 19/ago. /2019